

## APRESENTAÇÃO

A Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, apresenta a Avaliação da Dimensão Estratégica do Plano Plurianual 2008-2011, mostrando sua evolução para o exercício de 2008 e as perspectivas para os próximos anos.

A Avaliação da Dimensão Estratégica do PPA 2008-2011 compreende uma análise do andamento do conjunto de políticas prioritárias, explicitando seus resultados e perspectivas no que se refere às potencialidades de geração de oportunidades e enfrentamento a desigualdades ainda existentes na sociedade brasileira.

O documento está dividido em quatro partes, sendo a primeira a avaliação do cenário de crescimento, que analisa a evolução das principais variáveis macroeconômicas em 2008, cumprindo determinação legal do Artigo 19, Inciso I, da Lei 11.653/2008, que dispõe sobre o Plano Plurianual 2008-2011<sup>1</sup>.

A segunda parte se refere à Estratégia de Desenvolvimento do PPA 2008-2011, dando continuidade àquela exposta no PPA 2004-2007. Na terceira, analisa-se o andamento das 57 metas prioritárias, destacando a possibilidade de alcance dos resultados previstos para o período do PPA. Por fim, é sugerida uma cesta de indicadores para os 10 objetivos de governo contidos no PPA, que subsidiará a análise de seu desempenho para os exercícios futuros.

Quanto à Avaliação da Estratégia de Desenvolvimento, cumpre assinalar alguns aspectos relevantes. A Avaliação da Estratégia do PPA 2004-2007, feita ao fim do período do Plano, esteve centrada no fortalecimento do mercado de consumo de massa no Brasil, caracterizado pelo crescimento econômico sustentado (com equilíbrio fiscal e baixa inflação), redução da pobreza e da desigualdade, aumento dos investimentos e da produtividade.

Para o PPA 2008-2011, a Estratégia contempla a consolidação do mercado de consumo de massa, assim como a incorporação de políticas prioritárias que sustentam a perspectiva da continuidade do crescimento econômico, com redução de desigualdades. Essas políticas estão voltadas para o aumento do investimento (Programa de Aceleração do Crescimento – PAC), ampliação do acesso à educação e melhoria da qualidade do ensino (Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE) e efetivação de direitos (Agenda Social). Com essa nova configuração, a Estratégia aponta para um modelo de crescimento econômico, do emprego e da renda, melhoria da distribuição dos rendimentos, mas também de expansão e equalização de oportunidades em diversas dimensões.

<sup>1</sup> Para cumprir a determinação dos demais incisos do Artigo 19, da Lei 11.653/2008, na versão do Relatório de Avaliação encaminhada ao Congresso Nacional, constam também: Anexo I - consiste num demonstrativo contendo para cada programa a execução física e orçamentária das ações do ano base de 2008; Anexo II - compreende um demonstrativo, por programa e por indicador, dos índices alcançados em 2008 e uma análise da possibilidade de alcance do índice previsto ao final do PPA, indicando, se for o caso, as medidas corretivas necessárias; e Anexo III - compreende as estimativas das metas físicas e dos valores financeiros para os anos de 2011, 2012 e 2013.

Esta concepção pressupõe a articulação das diversas dimensões do desenvolvimento, sem que haja dicotomia entre, por exemplo, a econômica e a social. É sob esta perspectiva que se constrói a presente avaliação, examinando-se a contribuição das políticas públicas prioritárias para a redução de diferenciais entre padrões de vida, principalmente, sob os ângulos social, regional e produtivo. Em outros termos, procura-se destacar as potencialidades destas políticas para a promoção de um desenvolvimento equilibrado e de um espaço social mais equânime.

A partir do PPA 2008-2011, a Avaliação da Dimensão Estratégica será feita ao longo da execução do Plano, com foco nos resultados das políticas públicas prioritárias, nas suas relações com as variáveis centrais para o desenvolvimento, bem como nas perspectivas para os próximos anos. Assim, espera-se contribuir para a consolidação da prática da avaliação de políticas públicas, centrando, sobretudo, em sua eficácia e efetividade, medidas em função das vulnerabilidades e déficits que procuram atacar e das potencialidades que ajudam a efetivar.

Pode-se, assim, favorecer ângulos de análise que permitam identificar necessidades de aperfeiçoamento do gasto público, com a finalidade de fortalecimento do papel do Estado e das políticas públicas promotoras do crescimento econômico, da inclusão social e da educação de qualidade. Com isto, pretende-se orientar a atuação do Governo Federal rumo à efetivação de um desenvolvimento sustentável e em bases inclusivas, preconizado no Plano Plurianual da União 2008-2011, construindo um Brasil para todos e priorizando os segmentos mais vulneráveis.

**Paulo Bernardo Silva**

Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão